



“Pelotão, sentido!”: João Goulart sitiado e os impactos do golpe civil-militar em Sergipe (1964)

Raphael Vladmir Costa Reis¹

Recebido em: 25/01/2019

Aceito em: 28/02/2019

RESUMO

O presente artigo, parte integrante de uma dissertação que se encontra em desenvolvimento, consiste em analisar as ressonâncias do golpe civil-militar em Sergipe, com destaque para sua dimensão sócio-política, adotando enquanto eixo analítico as dinâmicas da conjuntura nacional transcorridas após a Marcha da Família paulista, dia 19 de março. Para tanto, em linhas gerais, julga-se apropriado depreender os eventos que vão desde as precipitadas ações conduzidas por João Goulart, perpassando pelas articulações da conspiração militar, grande responsável pela plena efetivação da ruptura institucional, até o momento que remete a “consagração” das forças golpistas, representado pela realização da “Marcha da vitória” em terras cariocas. É com base nestes esforços de análise, amparados pela utilização de fontes orais e impressas, portanto, que este manuscrito se propõe a contribuir para ampliar a compreensão deste período arbitrário em Sergipe.

Palavras-chave: Sergipe. Conspiração militar. Golpe civil-militar

“Squad, sense!”: besieged João Goulart and the impacts of the civil-military coup in Sergipe (1964)

ABSTRACT

The present article, an integral part of a dissertation that is under development, consists of analyzing the resonances of the civil-military coup in Sergipe, with emphasis on its socio-political dimension, adopting as an analytical axis the dynamics of the national conjuncture that occurred after the March of the Family of São Paulo, on March 19. In order to do so, in general terms, it is considered appropriate to understand the events that go from the precipitous actions conducted by João Goulart, through the articulations of the military conspiracy, responsible for the full realization of the institutional rupture, until the moment that refers to the "consecration" of the coup forces, represented by the realization of the "Victory March" in Carioca lands. It is based on these efforts of analysis, supported by the use of oral and printed sources, therefore, that this manuscript attempts to contribute to broaden the understanding of that arbitrary period in Sergipe.

Keywords: Sergipe. Military conspiracy. Civil-military coup

¹ Bacharel em Museologia pela Universidade Federal de Sergipe (2016), mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Ensino Superior (Capes). E-mail para contato: rafavladmir1990@gmail.com. Link do Currículo Lattes: < <http://lattes.cnpq.br/8928914564612735> >



1 INTRODUÇÃO

Conforme avaliação consensual da historiografia, os anos 60 no Brasil foram marcados por suas complexas dimensões e características singulares. Não obstante, os mesmos esforços analíticos, sejam eles desenvolvidos por historiadores, cientistas políticos ou economistas orientados por paradigmas distintos, atribuem tamanha irrupção ao contexto da Guerra Fria. Naquele período, a América Latina testemunhou rearranjos nos quais regimes ditatoriais foram instaurados sob a chancela dos Estados Unidos e sua política externa alinhada a uma acentuada propaganda anticomunista. Em terras brasileiras, entretanto, desde a redemocratização em 1945, constataram-se, antes daquele famigerado golpe de 1964, duas tentativas de ruptura institucional.

Em 1954 e 1961, quando Getúlio Vargas cometera suicídio e Jânio Quadros renunciou ao cargo, respectivamente, forças conspiratórias articularam estratégias para violar o rito constitucional que previa a nomeação dos legítimos sucessores. Como a execução dos intentos demonstrou fragilidades, o “projeto” de ascender ao poder por vias transgressoras foi postergado para 1964. Estes esforços, no entanto, foram articulados a partir de 1961, quando o Congresso Nacional deferiu o afastamento de Quadros, cujo objetivo era retornar ao Planalto com a obtenção de plenos poderes.

Homologada a renúncia daquele que ficou conhecido pelo eleitorado como o “varredor da corrupção”, a escalada militar para monopolizar o Poder Executivo, agora fortalecida com o apoio de setores da sociedade civil, agrupamentos eclesiásticos, políticos e empresariais, encontrou na figura de João Goulart uma linha de defesa fortificada não por suas convicções, mas pela preponderância da democracia, mesmo encontrando-se inserida em uma sociedade predominantemente conservadora que flertava com o autoritarismo pragmático. Em 13/03/1964, líderes sindicais, estudantes e camponeses, impulsionados pela inflexão de Goulart as reivindicações da esquerda, organizaram o “Comício da Central”, no qual o presidente reafirmaria seu compromisso com as reformas de base, um pacote de intervenções responsável pela reestruturação das esferas agrária, educacional, tributária, entre outras.

Em represália, dia 19/03/1964, na cidade de São Paulo, setores conservadores das sociedades civil e eclesiástica, grupos empresariais e dirigentes políticos, conforme já mencionado, executaram uma manifestação intitulada Marcha da Família com Deus pela



Liberdade, a qual, segundo avaliação dos participantes e organizadores, operava com o intuito de “pulverizar as aspirações comunizantes incrustadas na estrutura governamental”. Enquanto o clima de radicalização alcançava proporções incontroláveis, a breve experiência populista iniciava sua contagem regressiva.

No dia 31/03/1964, com as tropas do general Olímpio Mourão Filho marchando desde Juiz de Fora-MG, o golpe civil-militar se materializava e inaugurava, desse modo, uma escalada repressiva que se estenderia por 21 anos. Partindo destas premissas, portanto, o presente artigo consiste em investigar as ressonâncias do golpe civil-militar em Sergipe, com destaque para suas dimensões sócio-políticas, adotando enquanto eixo analítico as dinâmicas da conjuntura sócio-política nacional transcorridas após a Marcha da Família paulista.

Neste sentido, em grande medida, julga-se apropriado evidenciar os eventos que vão desde as precipitadas ações conduzidas por João Goulart, perpassando pelas articulações da conspiração militar, grande responsável pela plena efetivação da ruptura institucional, até o momento que remete a “consagração” dos conspiradores, representado pela realização da “Marcha da vitória” em terras cariocas. Para tanto, o desenvolvimento do manuscrito está assentado no emprego de fontes orais e impressas, instrumentos que contribuíram significativamente para ampliar a compreensão daquele período caracterizado, sobretudo, pela impessoalidade e arbitrariedade.

2 O LONGO 31 DE MARÇO: DESDOBRAMENTOS DA CONSPIRAÇÃO QUE CULMINOU COM O GOLPE DE 1964

Enquanto progressistas, conservadores, reformistas e antirreformistas acentuavam o quadro de tensões, as Marchas irrompiam pela região sul/sudeste desde o dia 19 de março² e as esquerdas ignoravam o ímpeto destas manifestações³, a conspiração militar⁴ para destituir Goulart se materializava com base em suas precipitadas decisões.

² Conforme levantamento de Aline Alves Presot (2004), até o dia 31 de março, enquanto o golpe se consolidava, as Marchas da Família com Deus pela Liberdade transcorreram em sete municípios paulistas e em um município paranaense, a saber: Araraquara (SP - 21/03), Assis (SP - 21/03), Bandeirantes (PR - 24/03), Santos (SP - 25/03), Itapetininga (SP -28/03), Atibaia (SP - 29/03), Ipaçu (SP - 29/03) e Tatuí (SP - 29/03). Ver: PRESOT, Aline Alves. *As Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o golpe de 64*. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014. (Anexos).

³ De acordo com Ferreira e Gomes (2014), poucas organizações de esquerda se preocuparam, efetivamente, com as Marchas da Família. Uma das únicas exceções, portanto, foi Dona Neusa Brizola, esposa do líder nacionalista Leonel Brizola, que convocou uma reunião entre a Liga Feminina da Guanabara e o Movimento Sindicalista



A etapa “inaugural” deste levante, articulado desde o dia 20 de março, foi uma nota reservada emitida pelo general Castello Branco, que ocupava o posto de Chefe do Estado Maior, uma função biograficamente destacada e operacionalmente inócua, conforme assinala Gaspari (2004)⁵, na qual o oficial “deixava claro o ultimato ao governo e a senha para o golpe, embora seu autor ainda hesitasse em assumi-lo de forma proativa”⁶.

Para Carlos Fico (2014), suplementando a análise de Marcos Napolitano (2014), os três últimos atos do presidente acentuaram os esforços empreendidos pelos conspiradores para alijá-lo do poder. O primeiro deles, em grande medida, foi o episódio da carta encaminhada ao Congresso, dia 15 de março, quando Goulart exigiu plenos poderes para empregar as reformas, ultrajando, segundo avaliação do autor, a esfera de competência delegada àquela instituição política. Posteriormente, no dia 25 daquele mês, “completar-se-iam dois anos de criação da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais (AMFNB), entidade que não contava com o reconhecimento da Marinha”⁷. Para Daniel Araújo (2005), tal efeméride significava que “o barril de pólvora e a mecha estavam lá, à espera de um fósforo aceso [...] E quem acendeu foi a AMFNB”⁸.

Para além de operarem “clandestinamente”, os marinheiros e fuzileiros definiram que o local da “rebelião” seria uma instalação responsável por abrigar o Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, provocando, por razões óbvias, reação imediata no Ministério da Marinha, que proibiu a realização da comemoração. Mesmo com a emissão de ordens expressas para coibir a ação, aproximadamente três mil membros daquela entidade representativa compareceram ao local, conforme apontamento do jornal *Gazeta de Sergipe*⁹. Sob a liderança

Feminino, visando organizar outro ato articulado por mulheres como resposta às Marchas. No entanto, o projeto não se concretizou. Ver: FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

⁴ O historiador Carlos Fico (2014) empenhou-se na distinção entre as campanhas de desestabilização e conspiração, evidenciando que não houve uma “continuidade” natural nestas escaladas, conforme avaliação de alguns historiadores. Para ele, a campanha desestabilização, repleta de sofisticação e organização, foi composta por forças anticomunistas representadas por civis, eclesiásticos, empresários, dentre outros, que visavam desestabilizar o governo Goulart para, segundo sua análise, impedir as aspirações continuístas do presidente. Contudo, a conspiração, propriamente dita, caracterizou-se de modo descoordenado e necessitava, em grande medida, da ostensiva participação militar para a sua plena efetivação. Ver: FICO, Carlos. *O golpe de 1964: momentos decisivos*. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2014.

⁵ Ver: GASPARI, Élio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

⁶ NAPOLITANO, Marcos. 1964: *História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Editora Contexto, 2014. p. 47.

⁷ FICO, op. cit. 2014. p. 50.

⁸ REIS, Daniel Araújo. *Ditadura Militar, esquerdas e sociedade*. São Paulo: Rio de Janeiro: Zahar, 2000. p. 31.

⁹ Cf. *Gazeta de Sergipe*. 29-31/03/1964. p. 01.



de José Anselmo dos Santos, popularmente conhecido por “cabo” Anselmo, que posteriormente se transformaria em agente duplo¹⁰, os manifestantes reivindicavam melhores condições de trabalho, reconhecimento da associação e modificações nos códigos disciplinares da Marinha.

Em represália, no sentido de autuar e prender os artífices do ato, o ministro Sílvio Mota autorizou o deslocamento de fuzileiros até o local da manifestação, “com o apoio de treze tanques, para invadir a sede do sindicato”¹¹. Para a surpresa do chefe daquela pasta, o contra-almirante Cândido Aragão, seu comandante, e uma fração de fuzileiros, a rigor, somaram-se aos três mil manifestantes como gesto de adesão, enquanto os demais comandados retornaram ao quartel. A reação de Goulart, já definido por alguns historiadores como homem de fracas convicções, foi marcada pela ambiguidade.

Com efeito, ele decidiu enviar soldados para prender os amotinados e, por conseguinte, processou uma substituição no comando do ministério ao nomear o almirante Paulo Mário da Cunha Rodrigues, cuja orientação depreendida como “esquerdista” causava aversão à alta cúpula da corporação. O recém-nomeado, por sua vez, realocou Aragão no contra almirantado e os marinheiros/fuzileiros consentiram em ser conduzidos até a detenção provisória, uma vez que se tornaram receptivos as negociações realizadas com Amauri Silva, ministro do Trabalho.

Os insurgentes foram liberados à tarde, ratificando as ações de natureza ambígua conduzidas pelo presidente, e saíram em “vigília” pelas ruas da cidade com destino ao Ministério da Marinha. Lá, não obstante a afronta pela qual estavam incorrendo, encontraram o contra-almirante Aragão e carregaram-no nos ombros. Ao cometerem uma grave violação contra os princípios do comando hierárquico, os anistiados causaram revolta aos demais membros do Almirantado.

Segundo Marcos Napolitano (2014), “o episódio convenceu os últimos oficiais hesitantes das Forças Armadas que o próprio governo patrocinava a sublevação dos quartéis e a quebra de hierarquia militar”¹², enquanto os membros da contenda legalista foram relegados

¹⁰ Conforme os apontamentos de Ferreira e Gomes (2014), o cabo Anselmo se tornou um dos protagonistas daquela crise porque, meses depois, ampliou as alianças com o governo militar e delatou a polícia política vários companheiros de profissão, posteriormente torturados e mortos pelas forças de repressão. Tal fato, portanto, levanta uma tese segundo a qual Anselmo já era um agente infiltrado e patrocinado pela CIA no transcorrer da rebelião e seu objetivo era, fundamentalmente, criar uma crise na Marinha de Guerra para abalar as estruturas do convalescente governo Jango.

¹¹ FERREIRA; GOMES, op. cit. p. 247.

¹² NAPOLITANO, op. cit. p. 48.



ao isolamento. Decorrida a crise dos marinheiros e fuzileiros navais, o presidente, que se deslocou até Brasília para descansar durante o final de semana, retornou à cidade maravilhosa no dia 29 de março, pois encontrava-se em regozijo pelo desfecho das negociações com os manifestantes.

No dia seguinte, de maneira precipitada, Goulart assegurou sua participação nas comemorações de quarenta anos da Associação dos Suboficiais e Sargentos da Polícia Militar, caracterizando, desse modo, sua derradeira decisão inoportuna. Realizada no auditório do Automóvel Club, a solenidade dos associados se empenharia, também, em homenagear Goulart. Levando-se em consideração o estabelecimento de uma atmosfera marcada pela estabilidade política, segundo Ferreira e Gomes (2014), a presença do presidente não seria inapropriada, tendo em vista que o fato de homenagear autoridades políticas no âmbito dessas oportunidades era comum. Entretanto, o país atravessava uma grave crise político-militar e Jango, afinal, não era uma simples figura política.

Antes do comparecimento ao local daquelas comemorações, Goulart foi advertido por Tancredo Neves, seu ministro, a não pronunciar-se naquela oportunidade. Testemunhando forte resistência do presidente, renunciou a instauração de uma guerra civil. As guerrilhas não emergiram, mas o fato de Jango se dirigir diretamente aos subalternos, violando todas as determinações do comando hierárquico, portanto, decretou o seu fim.

Ao passo que os conspiradores internos se deparavam com ações bastante fortuitas, o embaixador Lincoln Gordon e Vernon Walters, adido militar estadunidense, coordenavam os esforços da Operação *Brother Sam*, ação de invasão ao território brasileiro que seria executada caso as forças governistas resistissem à ofensiva conduzida pelos insurgentes¹³. Na verdade, com as contribuições da pesquisadora Phylis Parker (1979), que descobriu os documentos da mobilização estadunidense nos arquivos do presidente Lyndon Johnson, recém-nomeado para o cargo após a morte de Kennedy, foi possível constatar que a operação representava o desdobramento de um “plano de contingência”, encontrando-se dividido em atividades políticas e militares.

A primeira etapa, em grande medida, consistia na formação de um governo paralelo, sob a liderança de Magalhães Pinto, governador de Minas Gerais, como mecanismo constitucional para afastar Goulart do poder. Este “Estado beligerante” seria imediatamente reconhecido

¹³ Para saber mais sobre a Operação *Brother Sam*, ver PARKER, Phylis R. *Brazil and the quiet intervention, 1964*. Austin: University of Texas Press, 1979.



pelo governo estadunidense. A segunda, por sua vez, previa a ação militar dos EUA em um cenário no qual fossem constatadas as intervenções de Cuba e URSS. O governador mineiro, autoproclamado líder do movimento civil para destituir o presidente, executou as determinações evidenciadas no plano e autorizou o gal. Olímpio Mourão Filho a marchar com suas tropas até a Guanabara no dia 31 de março, conforme assinalam Ferreira e Gomes (2014, p. 257):

Da cidade mineira de Juiz de Fora, o comandante da 4ª Região Militar, general Olímpio Mourão Filho, com o apoio do General Luís Carlos Guedes, comandante do IV Regimento Divisionário, sediado em Belo Horizonte, liderava um comboio militar, formado por recrutas, que marchava para a Guanabara.

No entanto, Castello Branco, considerado o grande líder de um agrupamento conspiratório caracterizado pela organização, demonstrou sua indignação afirmando que a ação se constituiu de forma precipitada, pois não existia articulação entre o movimento da Guanabara, liderado por Castello, e os conspiradores mineiros, capitaneados por Mourão e Magalhães Pinto.

Com efeito, o também gal. Costa e Silva repudiou aquela autorização e, em mais uma tentativa difusa de deflagrar o golpe, criou o “Comando Supremo da Revolução”. Como Goulart possuía a convicção de que uma estratégia pautada na “força pela força”, isto é, uma ação responsável por obstruir o avanço da onda golpista através duma reação proporcional, abriria margem para a instauração de uma guerra civil, conforme foi possível avaliar, a única alternativa encontrada por ele se reduziu a conciliação, *modus operandi* que permeou seu governo até fins de 1963.

Em plena noite daquele decisivo 31 de março, segundo Napolitano (2014), Jango ouviu as propostas do gal. Amaury Kruehl, “que deixou claro para o presidente: ele apoiaria o governo se Jango afastasse dele os ‘comunistas’, o que equivaleria a reprimir os movimentos sociais e se afastar dos sindicatos, sobretudo o CGT”¹⁴. Ao recusar os termos e condições impostos pelo oficial, Goulart perdia progressivamente o controle da situação.

Antes do diálogo com Kruehl, notícias advindas das principais cidades do país – Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo - evidenciavam que seus respectivos governadores empregaram medidas repressivas por intermédio das polícias civil e militar, sob o pretexto de “manter a ordem”, criando um cenário marcado pelas ações de violência. Com o alto

¹⁴ NAPOLITANO, op. cit. p. 53.



comando do II e IV Exércitos aderindo rapidamente ao movimento golpista, agora se articulando organizadamente sob a liderança de Castello Branco, as tropas de Mourão incursionavam para a Guanabara e as forças militares legalistas¹⁵, desnorteadas, esperavam ordens expressas que jamais foram emitidas pelo presidente. Enquanto o golpe civil-militar se consolidava, o Estado de Sergipe, cujo governador era declaradamente reformista, absorvia os impactos desta ruptura institucional.

3 ENTRE TERÇOS E QUEPES: A “MARCHA DA VITÓRIA” E AS RESSONÂNCIAS DO GOLPE EM SERGIPE

No dia 31 de março, período no qual a ruptura institucional se consolidava, informações imprecisas irromperam pelos canais midiáticos centrais e marginais de Aracaju, constituindo um *status quo* de profundas indefinições. Enquanto as forças legalistas, em linhas gerais, empenhavam irrelevantes esforços para resistir a uma medida intervencionista, os cooperadores da “Revolução”, terminologia empregada pelos conspiradores para caracterizar a capitulação das “aspirações comunizantes” que se esboçavam no governo Goulart, conforme avaliação da época, impulsionados pela propaganda anticomunista propagada naquela conjuntura, encontravam-se em regozijo pela iminente ação unilateral das Forças Armadas.

Nesse ínterim, com a ampliação da “rebelião militar” no decurso do dia 1º de abril, Goulart se dirigiu até o Rio Grande do Sul, estado simbolicamente estratégico que representou o berço da resistência civil durante a crise sucessória transcorrida em 1961, para empreender vãos esforços visando o estabelecimento de acordos e, no limite, contornar o irreversível impasse.

Ainda no dia 1º de abril, em plena capital sergipana, dezenas de estabelecimentos comerciais permaneceram desativados, levando os civis até a Praça Fausto Cardoso, epicentro das agitações políticas do estado. O jornal *Gazeta de Sergipe*, gradativamente modificando o perfil editorial e ideológico de seu conteúdo jornalístico, já que encontrava-se sob a tutela dos militares, evidenciou que “a capital sergipana, no dia de ontem, começou a viver momentos

¹⁵ No entreato de 31 de março e 1º de abril, João Goulart contava com o apoio do I e II Exércitos, já que unidades como a Força Aérea Brasileira (FAB) e Marinha foram paralisadas pelos fuzileiros e sargentos.



de tensão, com o povo, notadamente estudantes e trabalhadores, nas praças e ruas, procurando saber as notícias”¹⁶.

Diante de uma maciça movimentação popular, o deputado federal Euvaldo Diniz, legislador udenista que votou favoravelmente a instituição do parlamentarismo, assegurando, desse modo, a posse de João Goulart em 1961, externou sua indignação às manobras articuladas contra o regime populista, porém, imediatamente, foi detido e permaneceu sob custódia do 28º Batalhão de Caçadores¹⁷.

Quando retornou a Sergipe, o governador João Seixas Dória, um dos oradores do comício pelas reformas, pronunciou-se ao povo sergipano, também em 1º de abril, como uma tentativa de reafirmar seu pleno e incondicional apoio às Reformas de Base. Utilizando a cabine da Rádio Difusora, atualmente conhecida como Rádio Aperipê, o dirigente sergipano evidenciou, também, o empenho do estado para a manutenção das instituições democráticas e preservação dos mandatos que se transformaram em alvo de cassação.

O posicionamento de Seixas Dória, entretanto, mobilizou os militares circunscrevendo em Aracaju que, sob ordens expressas, deslocaram-se até a sede do governo estadual e detiveram-no, segundo a publicação do periódico intitulado *A Semana* (11/04/1964, p. 02), que representava uma força oposicionista ao governo estadual.

Na noite de quarta-feira da semana passada, forças do 28º B/C, em Aracaju, efetuaram a prisão de Seixas, investindo no governo o vice Celso Carvalho. O Sr. Seixas Dória foi conduzido para Salvador, onde permanece preso e incomunicável no quartel do 19º B/C.

A sua intermitente destituição foi decretada, segundo Ibarê Dantas (2014), sob a alegação de desenvolver práticas como “instrumento de forças extremistas atentando contra a segurança e tranquilidade do país e do Estado”¹⁸, dimensionado o quão repressiva e impessoal seria a emergente ordem. Desse modo, o vice-governador Celso Carvalho assumiu a condição

¹⁶ Cf. *Gazeta de Sergipe*. 02/04/1964. p. 02.

¹⁷ O 28º Batalhão de Caçadores foi criado no ano de 1838, em Desterro, Santa Catarina. Oriundo do 1º Batalhão de Caçadores, o destacamento fora sediado em cidades como Rio de Janeiro e Cuiabá. Em 09/03/1917, no entanto, foi transferido para Aracaju sob a nomenclatura de 41º Batalhão de Caçadores, sendo-lhe atribuída a atual denominação somente em fins de 1921. Vale ressaltar, ainda, que o Batalhão esteve presente em conflitos como a Guerra do Paraguai (1864-1870) e a Revolução Constitucionalista de 1932. Para saber mais sobre o 28º BC, ver MAYNARD, Andreza Santos Cruz. *A caserna em polvorosa: a revolta de 1924 em Sergipe*. Dissertação (Mestrado em História), UFPE, Recife, 2008.

¹⁸ DANTAS, Ibarê. *A Tutela Militar em Sergipe*. São Cristóvão-SE: EDUFS, 2014. p. 30.



de mandatário estadual por intermédio da Resolução nº 4, documento que assegurava sua posse sob a tutela do contraditório *status quo* que se consolidava com a ruptura.

Em 02 de abril, enquanto uma atmosfera repleta de arbitrariedades preponderava em Sergipe, aprioristicamente em Aracaju, as lideranças conservadoras do Congresso declararam vacância da presidência, jocosamente ignorando o fato de que Goulart encontrava-se em seu estado natal. Com o cargo anunciado como vago, Ranieri Mazzili, presidente da Câmara, assumiu o poder Executivo Federal interinamente. Naquela mesma tarde, tendo em vista a materialização do golpe e o exílio de Goulart, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade transcorria no Rio de Janeiro. Conforme assinala Presot (2004, p. 15):

Eram pouco mais de quatro horas da tarde de dois de abril de 1964 e, nas ruas do Rio, a multidão multiplicava-se com grande velocidade. No seu auge, chegaria, segundo algumas estimativas, ao surpreendente número de um milhão de pessoas, que se colocaram em praça pública a expressar o seu apoio ao golpe militar que então se desencadeava. Da Candelária partia a "Marcha da Família com Deus pela Liberdade".

Planificada antes do dia 01/04/1964, a Marcha carioca foi transfigurada em uma espécie de “desfile da vitória”, pois, àquela altura, o golpe civil-militar estava em vias de consolidação e os organizadores encontraram o momento oportuno para celebrar a capitulação do “perigo comunista”. A manifestação, portanto, iniciou com a apresentação do Regimento que integrava a Cavalaria da Polícia Militar e sua circunscrição foi delimitada entre a Praça Pio X, perpassando pelas avenidas Rio Branco e Almirante Barroso, estendendo-se até a Esplanada do Castelo, segundo apontamentos do periódico *Correio da Manhã*¹⁹.

Este veículo de comunicação, inclusive, dedicou uma significativa propriedade da primeira página no sentido de retratar os desdobramentos daquela Marcha. Entre a menção de elementos religiosos para acentuar a pregação anticomunista e o emprego de terminologias que enalteciam a intervenção das Forças Armadas, o perfil editorial do jornal destacou a presença de figuras como o ex-presidente Eurico Gaspar Dutra, gal. Olímpio Mourão Filho, padre Patrick Peyton e outros eclesiásticos que contribuíram para o desgaste ideológico das forças governistas, como o padre Caio Alvim de Castro, “que organizou o movimento anticomunista de Belo Horizonte contra Brizola”²⁰. Todos foram convidados pela CAMDE, organizadora majoritária do evento.

¹⁹ Cf. *Correio da Manhã*. 03/04/1964. p. 01.

²⁰ *Ibidem*.



A atribuição do termo “marcha” para designar a estrutura funcional da manifestação cívico-eclesiástica, em linhas gerais, está inscrita no conceito de universalização deste cortejo, pois o objetivo da organização era, fundamentalmente, agregar adeptos de doutrinas judaico-cristãs e afro-brasileiras. Neste sentido, quando o primeiro contingente de participantes convergiu pelas dependências da Praça Rio Branco, localizada na avenida homônima, o gal. Milton O’Reilly de Souza se pronunciou em nome das associações espíritas, utilizando, novamente, o credo religioso como instrumento de propaganda ideológica.

Ele afirmou que “Jesus está com nossos corações. Uma sinfonia de almas e corações firmados no mesmo ideal provou, mais uma vez, a grandeza do Brasil. Agradecemos ao Pai pela graça obtida, mas marchemos até o fim pela total libertação do País”²¹. Ainda de acordo com o jornal, uma senhora, que representava os umbandistas e cujo nome não foi mencionado, discursou no palanque para “confirmar [grifo nosso] a participação da mulher umbandista no repúdio ao totalitarismo”²², demonstrando a efetiva e cirúrgica participação das organizações femininas para a destituição do presidente Goulart.

Posteriormente, Mário Leite Júnior e o reverendo Dumitro Michaelsen, representantes dos evangélicos e católicos ortodoxos, respectivamente, proferiram suas saudações às forças golpistas presentes naquela ocasião. Conferindo prosseguimento aos pronunciamentos de lideranças religiosas, a carta do Grã-Rabino Henrique Lemle, ou Heinrich Lemle, cidadão teuto-brasileiro que esteve internado no campo de *Buchenwald* em 1939²³, foi lida e, dentre outras ponderações, assinalou que “os brasileiros israelitas deveriam estar na Sinagoga, comemorando a sua Páscoa, mas ali estavam para agradecer a Deus, que, mais uma vez, protegeu o país nesta hora grave”²⁴.

Para encerrar as explanações desta natureza, padre Caio Alvim de Castro e monsenhor Bessa, representando o cardeal-arcebispo do Rio, congratularam os participantes e rezaram a “Ave, Maria!” às 18h, segundo a matéria do jornal. Com a finalização dos discursos proferidos pelos religiosos, a líder da CAMDE, Amélia Bastos, e o gal. Olympio Mourão Filho também se manifestaram e infligiram um ponto final a Marcha carioca.

Em Sergipe, no dia 02 de abril, assim como no Rio, local no qual as milícias paramilitares de Lacerda reprimiam seus opositores, foram registradas várias detenções pelos

²¹ Ibidem.

²² Ibidem.

²³ Para saber mais, ver LEMLE, Alfred. *Henrique Lemle: o homem que gostava da gente*. Universidade do Texas: Imago, 1998.

²⁴ Cf. *Correio da Manhã*. 03/04/1964. p. 01.



conspiradores às forças de oposição, a quem os militares atribuíram à pecha de “subversivos”. Dantas (2014, p. 35), embora não mencione a composição de polícias políticas no estado, assinala as violações praticadas pelos agentes de segurança e militares que destacavam no 28º BC. Para ele:

A partir do dia 02 de abril, intensificaram-se as prisões de lideranças sindicais, estudantes, professores, funcionários públicos, jornalistas, operários e trabalhadores rurais através de diligências sem ordem judicial [...] Ser levado para a colina do bairro 18 do Forte, onde estava situado o quarte do 28º BC, tornou-se uma ameaça atemorizadora para todos os participantes da mobilização política do Estado populista.

À medida que organizações e grupos políticos de oposição orientados por uma conotação nacional-reformista eram sistematicamente silenciados, a imprensa, não obstante a preservação de alguns veículos, foi mantida sob controle da censura. É apropriado destacar, portanto, que operavam em Aracaju “quatro rádios (Difusora, Liberdade, Jornal e Cultura), um jornal diário (*Gazeta de Sergipe*), um jornal semanal (*Folha Popular*), do PCB, um periódico da UDN (*Correio de Aracaju*), que circulava de forma esporádica e o *Diário Oficial*”²⁵.

Em depoimento concedido ao autor que vos escreve, Aglaé D’Ávila Fontes²⁶, atual presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE), realizou uma sucinta e objetiva análise sobre as ressonâncias das arbitrariedades nos veículos de comunicação da capital sergipana, em especial a Rádio Cultura. Partindo de uma premissa segundo a qual o aspecto da oralidade “trata-se do encontro da História já vivida com a história pesquisada, estudada, analisada, enfim, narrada”²⁷, a entrevistada afirmou que:

[...] a sociedade aracajuana tomou partidos muito fortes naquela época. Eu me casei em 64, portanto, era noiva quando se instalou o golpe militar. O meu noivo, na ocasião, era diretor da Rádio Cultura e a emissora foi foco de algumas atividades porque ela desenvolvia um trabalho de alfabetização à distância, utilizando o método Paulo Freire. Por isso, muitos colaboradores tiveram sua liberdade cerceada e foram presos²⁸.

²⁵ Ibidem, p. 38.

²⁶ Aglaé D’Ávila Fontes é professora aposentada da Universidade Federal de Sergipe, escritora, folclorista e historiadora. Integra, ainda, a Academia Sergipana de Letras e exerce, atualmente, o cargo de presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

²⁷ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *História oral e narrativa: tempo, memória e identidades*. In: *Revista da Associação Brasileira de História Oral*, nº. 6, pp. 9-25, 2003. p. 17.

²⁸ Entrevista concedida ao autor dia 09/04/2018, na cidade de Aracaju.



As atividades de alfabetização retratadas pela depoente, para efeito de análise, permaneciam vinculadas ao Programa Nacional de Alfabetização (PNA – Paulo Freire)²⁹. Conforme D’Ávila, o método pedagógico empregado pela campanha se caracterizava como inovador, pois a transmissão de todas as diretrizes previstas na cartilha daquele programa variava de acordo com o universo cultural no qual os aprendizes encontravam-se inseridos. Segundo a professora aposentada, “se eu iria alfabetizar uma comunidade de pescadores, por exemplo, a linguagem era outra, mais fácil, pois é mais apropriado trabalhar com os elementos culturais daquele universo”³⁰.

Para a depoente, ainda, além da prisão daqueles colaboradores mencionados no relato³¹, o diretor da emissora, Clodoaldo Alencar Filho, também foi detido pelos militares e encaminhado às celas do 28º BC, onde suas dependências “ficaram abarrotadas [grifo nosso] de cidadãos de várias origens sem culpa formada”³². Entretanto, as acusações contra Alencar Filho se processaram, segundo D’Ávila, porque a vítima da arbitrariedade, utilizando os microfones da Rádio Cultura, posicionou-se favoravelmente a posse do presidente João Goulart em 1961, gerando, portanto, copiosas perplexidades, pois o diretor sequer era vinculado a agremiações partidárias de esquerda e movimentos sindicais, principais alvos da escalada repressiva praticada pela ordem autoritária em Sergipe.

Com as emissoras radiofônicas mantidas sob o domínio das forças militares, iniciando, portanto, um sistema de vigilância governamental “onipresente” para a imprensa, outro veículo de comunicação estava prestes a se submeter ao arbítrio da emergente estrutura de poder: os jornais. Enquanto a redação do semanário *Folha Popular* era fechada, um pequeno contingente militar ocupou a sede do jornal *Gazeta de Sergipe*, cuja circulação se processava diariamente, determinando que somente este e o *Diário Oficial* fossem distribuídos

²⁹ O Plano Nacional de Alfabetização (PNA) foi instituído por intermédio do Decreto nº. 53.465, no dia 21 de janeiro de 1964. Conforme as diretrizes do decreto que implementou o programa, a Comissão do Programa Nacional de Alfabetização foi designada a articular uma cooperação entre agremiações estudantis, órgãos de difusão, associações esportivas, sociedades de bairros, dentre outros, para desenvolver as atividades que visavam a erradicação do analfabetismo. De acordo com um levantamento realizado pelo CPDOC, o programa visava construir 60.870 círculos de cultura para alfabetizar 1.834.200 adultos. Em Sergipe, a fase de implementação se estendeu até a formação dos mencionados círculos. Para saber mais, ver <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/programa-nacional-de-alfabetizacao-pna>.

³⁰ Entrevista concedida ao autor dia 09/04/2018, na cidade de Aracaju.

³¹ De acordo com Dantas (2014), que analisou os inquéritos atribuídos ao 28º BC, os implicados pelas práticas de “politização, conscientização, agitação, subversão, corrupção e malversão de dinheiros públicos no CNA – Paulo Freire” foram Paulo Pacheco, Renato Chagas, Ary Silva Lisboa, Arly Silva Lisboa, Eleonora Pereira, Jackson de Sá, Jackson de Lima, Jugurta Barreto, José Maria Nascimento, Luiz Eduardo Costa, entre outros. Vale salientar, entretanto, que este documento, conforme assinala o autor, deve ser interpretado com cautela, pois alguns cidadãos listados nos inquéritos jamais foram detidos.

³² *Ibidem*, p. 35.



regularmente, pois, de acordo com os militares, “não havia outro órgão diário para divulgar os atos da ‘Revolução’ com certa abrangência, uma vez que o alcance do *Diário Oficial* era bastante limitado”³³.

Sob a tutela da censura prévia, o perfil editorial do *Gazeta*, empregando os protocolos prescritos pelos militares, encaminhava os textos ao 28º BC no sentido de que estes se submetessem a uma revisão. Contudo, conforme depoimento concedido a Dantas (2014), o capitão Raul, responsável pela transferência dos conteúdos jornalísticos para o Batalhão, encontrava-se constantemente sob efeito de álcool, gerando uma miríade de reclamações. No afã de contornar a incômoda situação, portanto, a censura foi realocada para as dependências do próprio jornal.

Quanto aos dirigentes políticos identificados com o projeto reformista, para além de Seixas Dória, o desfecho não foi diferente daquele infligido ao ex-governador. O artigo publicado pela professora Célia Costa Cardoso³⁴, em grande medida, desenvolve uma bem fundamentada análise sobre a cassação dos parlamentares sergipanos, utilizando como fonte documental primária os processos impetrados contra alguns membros da classe política estadual. Segundo Cardoso (2011, p. 10):

Com a deposição do Presidente da República e de Seixas Dória das chefias dos Poderes Executivos nacional e estadual, deputados estaduais como Cleto Sampaio Maia (PRT), Viana de Assis (PR), José Nivaldo dos Santos (PR) e Baltazar José dos Santos (PSD) também foram atingidos por uma onda de perseguições políticas, tendo os mandatos cassados em 14 de maio de 1964, conforme resumo da Ata da Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe.

Suplementando o esforço reflexivo retratado nesta citação, a autora ainda afirma que os deputados mencionados acima foram sistematicamente perseguidos pelo regime autoritário sob a alegação de estruturar e executar atividades qualificadas como “subversivas”, “variando apenas no grau de intensidade das práticas políticas dos acusados e na caracterização (grifo nosso) de ‘comunista’”³⁵. Entre ofícios emitidos por generais, requisitando ao presidente da Assembleia Legislativa de Sergipe a sumária cassação dos mandatos eletivos, relatórios sistematizados por membros do aparato repressivo que apresentavam uma descrição relacionada à trajetória política dos impetrados e as próprias atas confeccionadas após as sessões, a nova composição institucional intensificava suas arbitrariedades por intermédio de

³³ *Ibidem*, p. 39.

³⁴ CARDOSO, Célia Costa. *1964 em Sergipe: política e repressão*. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. Anpuh, São Paulo, 2011.

³⁵ *Ibidem*, p. 11.



uma rede repressiva/investigativa que homologava todos estes documentos: os Inquéritos Policiais Militares (IPMs).

O caso que ilustra de modo mais elucidativo tal *opus operatum* controverso, portanto, encontra-se inscrito no processo contra o deputado Antônio Fernandes Viana de Assis, do Partido Republicano (PR). Para Cardoso (2011), os inquéritos encaminhados às terras sergipanas provinham da VI Região Militar, subordinada ao IV Exército e localizada na Bahia, cuja circunscrição era delimitada entre Alagoas e Sergipe. Deste modo, utilizando a prerrogativa de “fundamentar-se no cumprimento de determinações políticas nacionais regidas por uma nova lei de combate a ‘subversão’”³⁶, a instituição militar decretou a suspensão dos direitos políticos de vários parlamentares, que alegaram, dentre outros argumentos, descumprimento do Regimento Interno da Assembleia e supressão das possibilidades de formalizar defesa. Não obstante a grave dimensão destas violações, os investigados questionaram, também, sob qual pretexto dois parlamentares integraram a esfera de indiciados, uma vez que jamais foram citados em um processo criminal.

Um destes dirigentes era o próprio Viana de Assis, julgado diretamente pelo 28º BC, que respondia diretamente a VI Região Militar, conforme já mencionado. De acordo com o documento analisado por Darlem Reis (2015), ratificando a análise desenvolvida por Cardoso, o deputado estadual foi submetido à cassação, pois, entre outras acusações, “era (grifo nosso) favorável a legalização do Partido Comunista [...] Numa demonstração evidente de sua ideologia taxou a ‘Marcha da Família com Deus pela Liberdade’ de subversiva”³⁷, apresentando-nos, desse modo, o esboço da escalada autoritária que se estabelecia em Sergipe por intermédio daqueles rearranjos.

4 CONCLUSÃO

Ao testemunhar a consolidação das arbitrariedades impostas pela nova ordem, o *corpus* social sergipano encontrava-se dividido em grupos diametralmente opostos. Enquanto os simpatizantes da ruptura depreendiam aquele processo como o alvorecer de uma fase

³⁶ Ibidem, p. 12.

³⁷ Fragmento extraído de um documento analisado por Carla Darlem Reis (2015). Mandado de Segurança impetrado contra Antônio Fernandes Viana de Assis. Arquivo Judiciário de Sergipe. Fundo: Aracaju/1ª Esc; Caixa 06. Ver: REIS, Carla Darlem Silva dos. *Gazeta de Sergipe X Rádio Liberdade: censura, imprensa E disputas políticas (1964-1970)*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão 2014.



marcada por grandes transformações, seus opositores, em linhas gerais, interpretaram a ascensão dos militares como um grande retrocesso infligido a um regime populista que empenhou-se, conforme avaliação de Ferreira/Gomes (2014) e Moniz Bandeira (1978)³⁸, embora estes sejam adeptos de correntes interpretativas distintas, no emprego da justiça social dentro da lógica capitalista, procurando conduzir um desenvolvimento econômico autônomo e equilibrado

Desse modo, em meio a uma atmosfera caracterizada pelo ímpeto perverso dos delatores, pelas transgressões dos militares ao Estado Democrático de Direito, com a instauração do Ato Institucional N.º. 1 em 09/04/1964³⁹, e uma rede colaboracionista capitaneada sob os auspícios duma corrente da Igreja, Sergipe legitimava a consolidação do golpe civil-militar. Tamanha demonstração de apreço a intervenção militar, portanto, manifestou-se com a realização das Marchas da Família com Deus pela Liberdade, transcorridas entre abril e maio de 1964.

REFERÊNCIAS

Fontes primárias

A Semana;

Correio da Manhã;

Entrevista concedida por Aglaé Fontes D'Ávila, presidente do IHGSE;

Gazeta de Sergipe;

Folha Popular.

Sites consultados

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/atos-institucionais>

³⁸ Os autores em pauta são adeptos das correntes interpretativas conjuntural e conspiratória, respectivamente. Para saber mais sobre as possibilidades de interpretação atribuídas ao golpe de 1964, ver: DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia*. Revista Tempo, vol. 14, n.º. 28, pp. 125-145. Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2010.

³⁹ De acordo com o CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas, a Junta Militar composta pelo gal. Artur da Costa e Silva, Francisco de Assis Correia de Mello (Tenente-Brigadeiro) e Augusto Hamann Rademaker Grunewald (vice-almirante) instaurou o AI-1, que, dentre outras determinações, “era precedido de um preâmbulo onde se afirmava que ‘a revolução’ investida no exercício do Poder Constituinte não procuraria legitimar-se através do Congresso, mas, ao contrário, o Congresso é que receberia através daquele ato sua legitimação. Além de conceder ao comando revolucionário as prerrogativas de cassar mandatos legislativos, suspender direitos políticos pelo prazo de dez anos e deliberar sobre a demissão, a disponibilidade ou a aposentadoria dos que tivessem ‘atentado’ contra a segurança do país, o regime democrático e a probidade da administração pública’. Para saber mais, ver <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/atos-institucionais>. Acessado em 15 de junho de 2018.



Bibliografia

BANDEIRA, Moniz. **O Governo João Goulart e as lutas sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CARDOSO, Célia Costa. *1964 em Sergipe: política e repressão*. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. Anpuh, São Paulo, 2011.

DANTAS, Ibarê. **A Tutela Militar em Sergipe**. São Cristóvão-SE: EDUFS, 2014.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FICO, Carlos. **O golpe de 1964: momentos decisivos**. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2014.

GASPARI, Élio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LEMLE, Alfred. **Henrique Lemle: o homem que gostava da gente**. Universidade do Texas: Imago, 1998.

MAYNARD, Andreza Santos Cruz. **A caserna em polvorosa: a revolta de 1924 em Sergipe**. Dissertação (Mestrado em História), UFPE, Recife, 2008.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

PARKER, Phylis R. **Brazil and the quiet intervention, 1964**. Austin: University of Texas Press, 1979.

PRESOT, Aline Alves. **As Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o golpe de 64**. Dissertação (Mestrado em História). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

REIS, Carla Darlem Silva dos. **Gazeta de Sergipe X Rádio Liberdade: censura, imprensa e disputas políticas (1964-1970)**. Dissertação (Mestrado). São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2014.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

_____. **Ditadura e democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.